



NORMAN ANGELL

A GRANDE ILUSÃO

Prefácio:
José Paradiso

Tradução:
Sérgio Bath

Imprensa Oficial do Estado
Editora Universidade de Brasília
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

São Paulo, 2002

CAPÍTULO I

DEFESA DA GUERRA SOB O ASPECTO ECONÔMICO

ATE' AONDE chegará a rivalidade armamentista da Inglaterra e da Alemanha? Por que fracassam os esforços em favor da paz, e por que é natural que fracassem. A atitude dos que advogam em favor da paz. Presume-se que a prosperidade das nações depende do seu poder político, e infere-se a necessidade de precaver-se contra a agressão por parte de outras nações que desejariam cercear o nosso poder para aumentar o seu. O caráter universal desses axiomas da política internacional.

Admite-se, de modo geral, que a rivalidade européia em matéria de armamentos – e particularmente a que reina hoje entre a Inglaterra e a Alemanha – não pode prolongar-se indefinidamente na sua forma atual. O resultado líquido, depois de um longo período durante o qual cada um dos competidores opôs os seus próprios esforços ao esforço do outro, é encontrarem-se ambos na situação inicial, de modo que os enormes sacrifícios que foram feitos não contam praticamente para nada. Se pretendemos que a Inglaterra tem a capacidade de sustentar a luta, uma vez que dispõe de recursos para isso, a Alemanha pode retrucar que também pode sustentá-la, porque conta com uma grande população, a qual, tratando-se de uma nação européia altamente organizada, significa também dinheiro e recursos materiais. No entanto, nenhum dos dois países concede passagem ao outro, dando por decidido que isso significaria, para cada um deles, colocar-se à mercê do outro – situação que ambos resistem em aceitar.

Duas soluções diferentes são propostas para resolver esse problema. A primeira, de uma minoria de pessoas, consideradas nos dois países como sonhadoras e doutrinárias, consistiria em resolvê-lo mediante o desarmamento geral ou, pelo menos, a sua limitação recíproca. A se-

gunda, de um partido mais numeroso, tido como o mais prático, supõe que a situação atual de rivalidade, com suas crises recorrentes de exaltação, está destinada a culminar em um conflito armado que reduza um dos contendores à clara inferioridade, resolvendo assim o problema, pelo menos durante algum tempo, sem prejuízo de que, depois de um lapso mais ou menos longo, volte-se a uma situação de relativo equilíbrio, e o processo se repita integralmente.

Essa segunda solução é tida em geral como uma das leis da vida, um desses rudes fatos da existência que o homem ordinariamente contempla e aceita no curso do seu cotidiano. E, nos dois países, os que aceitam a primeira solução são considerados incapazes de compreender as condições do mundo em que vivem; alega-se que estão empenhados em sustentar um ideal pouco varonil, ao qual se dispõem a sacrificar a própria segurança nacional, reduzindo os meios de defesa sem outra garantia a não ser a suposição gratuita de que o inimigo não levará a sua inimizade ao ponto de desfechar um ataque.

Contra essa suposição, o campeão da virilidade não tarda em invocar a lei do conflito. Os ensinamentos do século XIX sobre a evolução da vida no planeta contribuí para apoiar essa filosofia da luta pela vida. A sobrevivência dos mais capazes, a extinção dos mais fracos, a lei de que toda vida, consciente ou inconsciente, é marcada pela luta, — tudo isso desfila diante de nossos olhos. O sacrifício imposto pelos armamentos é o preço pago pelas nações por sua segurança e seu poder político. Admite-se como certo que o poderio da Inglaterra foi a condição suprema dos seus triunfos industriais passados. Seu comércio se ampliou e seus comerciantes se enriqueceram porque a Inglaterra podia projetar sua força militar e política, e ao mesmo tempo sua influência, sobre todas as nações do mundo. Se no passado esse país predominou no comércio mundial, isso aconteceu porque sua marinha invencível dominou e continua dominando todas as rotas do comércio. Essa é a tese geralmente aceita.

O fato de a Alemanha ter recentemente surgido à frente da Inglaterra, situando-se na primeira linha como nação industrial e dando passos gigantescos no sentido da prosperidade e do bem-es-

tar, é considerado também um fruto dos seus triunfos militares e da ascendência política de que goza no continente europeu. Como veremos nas citações correspondentes, no próximo capítulo, esses conceitos são considerados axiomáticos, inseparáveis da questão. Não conheço uma única autoridade importante, pelo menos no mundo da política imediata, que os tenha contestado. Até mesmo os apóstolos mais preeminentes da propaganda da paz concordam nesse ponto com os mais desaforados bebedores de sangue humano. W.T. Stead, por exemplo, é na Inglaterra um dos porta-vozes do partido que defende uma enorme expansão da marinha. Frederick Harrison, conhecido como o filósofo protagonista do pacifismo, declara que, se a Inglaterra perdesse para a Alemanha na rivalidade armamentista, “a fome, a anarquia social, o caos incalculável no mundo industrial e financeiro seriam resultados inevitáveis. A Inglaterra continuaria vivendo, ... mas, para recuperar sua liberdade teria, antes, de perder metade da população, por não poder alimentá-la, assim como todos os seus domínios de Ultramar, por não poder defendê-los ... Como são vãs todas as belas palavras sobre a paz e a fraternidade quando estamos expostos ao risco de uma catástrofe indizível, de uma luta de vida ou morte pela existência da nação, da guerra mais cruel e devastadora”.

De outro lado, temos espíritos como o Professor Von Schulz Gaevernitz, que se expressa deste modo sobre o tema: “Precisamos da nossa marinha [a alemã] para reduzir a rivalidade comercial da Inglaterra a termos inócuos, influenciando ao mesmo tempo sobre o senso comum e a cordura do povo inglês para desviá-lo da idéia extremamente ameaçadora de nos atacar ... A marinha alemã é uma condição elementar da nossa própria existência independente, indispensável como o pão de cada dia, não só para nós como para os nossos filhos.”

Diante de uma situação como essa, impõe-se a sensação de que a motivação ordinária do pacifista perde toda a força, e por uma razão bem simples: porque ele é o primeiro a aceitar a premissa indicada, a saber, que o vencedor da luta pela supremacia política adquire uma van-

tagem material sobre o vencido. Essa proposição parece tão evidente que o próprio defensor da paz não faz nenhum esforço para combatê-la. Por conseguinte, defende sua causa de outra forma. Alega um dos advogados da paz: “Naturalmente, não se pode negar que o roubo traz vantagens materiais para o ladrão. O que dizemos é que, se os meliantes dedicassem ao trabalho honrado o tempo e a energia que devotam a roubar-se mutuamente, seu ganho efetivo mais do que compensaria o butim ocasional.”

Alguns pacifistas vão mais além e declaram que as leis naturais contradizem neste ponto a lei moral, a que devemos obedecer mesmo quando isso nos prejudique. Assim, Edward Grubb afirma:

“A conservação não é o fim supremo das nações e tampouco dos indivíduos ... O progresso da humanidade pode reclamar a extinção do indivíduo (neste mundo), como pode exigir igualmente o exemplo e a inspiração que resultariam de uma nação mártir. Enquanto a Divina Providência precise de nós, a fé cristã exige que depositemos nossa confiança nas forças invisíveis da boa ação, do amor e da retidão; mas, conforme Jeremias ensinou ao seu povo no passado, se a vontade divina o solicitasse, deveríamos estar prontos a imolar até mesmo a existência da nação em holocausto dedicado àqueles desígnios supremos a que toda a Criação obedece.

“Isso pode ser fanatismo; mas, neste caso, é o fanatismo de Cristo e dos seus profetas, e com eles estamos prontos a ocupar o nosso lugar.”¹

Essa é na realidade a nota predominante de boa parte da propaganda pacifista. Nos nossos dias, o Conde Leon Tolstoi expressou sua indignação com a idéia de que o militarismo pudesse ser combatido de outro modo que não pela reação moral.

O defensor da paz invoca o “altruísmo” das relações internacionais e, ao fazê-lo, admite de fato que o êxito na guerra favorece os inte-

¹ *O caminho da verdadeira vida*, p. 29. Sei que muitos dos pacifistas modernos, mesmo da escola inglesa, aos quais essas observações poderiam ser aplicadas, argumentam em base mais objetiva do que Grubb; no entanto, aos olhos do “homem sensual, comum e corrente”, o pacifismo ainda sofre, para muitos, dessa espécie de altruísmo auto-imolatório (V. capítulo III da Terceira Parte), a despeito da obra admirável da escola pacifista francesa, tratada no princípio do capítulo II da Segunda Parte.

resses do vencedor, mesmo quando imorais. Compreende-se, portanto, que, na sua argumentação, a “desumanidade” da guerra, seus horrores e crueldades ocupem um lugar tão importante.

Aconteceu assim que o mundo da política imediata e dos que se interessam pelos seus aspectos e problemas práticos viesse a considerar o ideal da paz como um conselho de perfeição, suscetível de ser realizado em futuro remoto, quando a natureza humana tiver desaparecido, por assim dizer, à força de aprimorar-se; mas não enquanto subsistirem suas características atuais, e nossas mãos guardarem o vigor e a aptidão para se apoderarem de bens ambicionáveis. Enquanto isso acontecer, mãos vigorosas procurarão apossar-se desses bens, e aí daquele que não os defender!

E também não se pode dizer que essa filosofia da força é tão brutal, iníqua e impiedosa como sugere o seu enunciado oral. Sabemos que no mundo, do modo como ele existe, em esferas distintas da rivalidade internacional, o trofeu da vitória cabe aos mais fortes, e os fracos só inspiram comiseração. O regime industrial e comercial abunda em crueldades tão bárbaras quanto a guerra – na verdade piores, mais lentas e refinadas, embora menos evidentes e suscetíveis de se imporem à imaginação. Por esmerada e reticente que seja a expressão filosófica dos fatos, cada um de nós percebe que neste mundo o conflito de interesses é inevitável e que mal podemos evitá-lo (precisamos aceitá-lo como um incidente normal da nossa vida cotidiana) quando ocorrem como condição dos conflitos titânicos que determinam o rumo da história.

Para o homem viril, o argumento da “desumanidade” da guerra é bastante duvidoso. O ânimo masculino aceita o sofrimento, e até a morte, como uma contingência normal que todos estamos dispostos a enfrentar nas tarefas menos heróicas, de ordem meramente mercantil. Ninguém se recusa a viajar de trem com medo de descarrilamento ou a embarcar em um navio com medo de naufrágio e assim por diante. Na verdade, a pacífica indústria exige um holocausto de sangue maior do que a guerra, como testemunham com eloquência as estatísticas ferroviárias, mineiras e marítimas. No último quarto de

século, a pesca do bacalhau causou tanto sofrimento e tantas perdas de vida na Europa como qualquer guerra.

Atividades pacíficas como a pesca e a navegação registram episódios tão brutais e impiedosos como a guerra.² Nossa administração pacífica dos países tropicais compromete e arrebatava a vida de um bom número de homens e em não poucos casos provoca uma degradação moral tão profunda quanto a própria guerra, como acontece na África Ocidental.

Comparado a tamanhos sacrifícios, o “preço da guerra” é trivial, e admite-se que o depositário dos interesses nacionais não pode hesitar quando a sua proteção exige o seu pagamento. Se o homem comum está disposto, como sabemos que está, a arriscar a vida em todo tipo de profissões e ofícios perigosos, sem outro objetivo se não melhorar de situação ou enriquecer, por que o estadista haveria de recuar diante dos sacrifícios habituais impostos pela guerra, quando se trata de promover os vultosos interesses nacionais que lhe foram confiados? Se admitirmos, como admitem os próprios pacifistas, que os interesses materiais e tangíveis da nação podem ser fomentados com a guerra – em outras palavras, se a guerra pode ter um papel importante na realização dos interesses humanos –, está claro que os líderes de um povo corajoso devem enfrentá-la quando isso é necessário, por maiores que sejam o sofrimentos e sacrifícios que impõe.

Naturalmente, o pacifista se apóia em um preceito moral: não temos o direito de tomar nada pela força. Nesse ponto, porém, o “senso

² O jornal *Le Matin* publicou recentemente uma série de revelações segundo as quais, para castigar um ato trivial de insubordinação, o patrão de um barco francês dos que se dedicam à pesca do bacalhau abriu o ventre de um tripulante e, depois de salgar seu intestino, jogou o corpo palpitante no fundo do porão, com os peixes. Os outros tripulantes estavam tão empedernidos e tão familiarizados com todo tipo de atrocidade que não pensaram em protestar, e o incidente só ficou conhecido mais tarde, pelas conversas dos marinheiros nas tavernas. *Le Matin* menciona o episódio como um caso típico das brutalidades que prevalecem nos barcos franceses dedicados à pesca do bacalhau nos mares da Terra Nova. Na mesma ordem de idéias, a imprensa socialista alemã mencionou recentemente o que chamou de “baixas na batalha industrial”: as perdas de vida por causa de acidentes industriais a partir de 1871, ou seja, em plena paz, foram incomparavelmente maiores do que a mortalidade na guerra franco-prussiana.

comum” da humanidade discorda do advogado da paz. O fabricante de um produto, por exemplo, tem o direito de empregar todos os recursos monetários e industriais contra os seus competidores mais fracos; o regime industrial vigente lhe confere o direito de eliminar a competição mediante um sistema cada vez mais perfeito, custoso e complicado de produção e publicidade, sem levar em conta a sorte dos empresários mais pobres, cuja subsistência depende da mesma indústria. Portanto, não se pode discutir o direito que tem uma nação, em seu conjunto, de eliminar a competição de outras nações usando suas forças e seus recursos coletivos. Na esfera da competição industrial, é fato que o “peixe maior” se aproveita de todas as fraquezas do “peixe menor” – da escassez dos seus recursos e até mesmo os seus problemas de saúde – para eliminá-lo. Se fosse possível alegar que a competição industrial é sempre clemente e a competição entre as nações é sempre impiedosa, o argumento do pacifista talvez fosse incontestável. Sabemos, porém, que não é o que acontece. Voltando ao nosso ponto de partida, o homem comum percebe que precisa aceitar o mundo como ele é, com a luta e a guerra, por cuja existência não é responsável. Também não cabe dizer que a guerra, por meio do emprego de armas, seja forçosamente a forma mais cruel ou mais dura da luta universal. De qualquer modo, ele está pronto a aceitar essas contingências, sabendo que o predomínio militar leva a uma vantagem real e tangível, vantagem material que se traduz em termos de bem-estar social, oportunidades comerciais, mercados mais amplos, proteção contra o ataque dos comerciantes rivais etc. Enfrenta assim os riscos da guerra com o mesmo ânimo com que marinheiros e pescadores desafiam o risco do naufrágio, mineiros o da asfixia e médicos, o do contágio – dispostos a se sujeitarem à contingência suprema em vez de aceitar, em troca de maior segurança, uma posição secundária e uma vida mais limitada para si e os seus. Cabe também perguntar se o caminho mais humilde está realmente isento de riscos, e quem conhece bastante a vida não ignora seguramente que, em grande número de casos, o caminho mais ousado é também o menos perigoso.

Por tudo isso, temos visto fracassar tão tristemente a propaganda da paz, e assim se explica também que, nos países europeus, a opi-

nião pública, em vez de moderar a tendência armamentista dos governos, os induz a aumentar esses gastos, em lugar de reduzi-los. Encontramos entre os princípios aceitos universalmente os de que o poder nacional significa riqueza e prosperidade; que a expansão territorial abre campos cada vez mais amplos para a indústria; que uma nação forte tem a capacidade de brindar a seus cidadãos boas oportunidades, excluídas do acesso das nações mais fracas. O inglês acredita que sua riqueza é, em grande medida, fruto da sua pujança política, do seu predomínio e, sobretudo, do seu poder marítimo; que a Alemanha, devido à população crescente, tem de sentir-se asfixiada e está obrigada a forçar a abertura do seu caminho; e que, se a Inglaterra não preparar a sua defesa, não tardará em servir de mais um exemplo da lei universal que faz de cada estômago um sepulcro. E, naturalmente, diante da alternativa de devorar ou ser devorado, não pode subsistir qualquer dúvida.

Como se admite universalmente que a riqueza, a prosperidade e o bem-estar correm em paralelo com a força, o poder e a grandeza nacionais, o cidadão inglês aspira a manter em toda medida do possível essa força, esse poder e essa grandeza e a não ceder sua posição enquanto isso for materialmente possível, por mais que se fale de altruísmo. E não cederá porque, se o fizesse, o resultado seria simplesmente substituir a grandeza e o poder britânicos pela grandeza e pelo poder de outra nação, a qual, na sua opinião, poderia não ter maior empenho em contribuir para a civilização. Está convencido de que é tão impossível para ele ceder sua posição na rivalidade armamentista como o seria na competição mercantil ou no domínio da indústria; e, finalmente, que é seu dever enfrentar a luta e sustentá-la dentro das condições existentes, que escapam à sua responsabilidade, já que essas condições não foram criadas por ele, nem está em suas mãos a possibilidade de modificá-las.

Admitidas essas premissas, que são em todo o mundo os axiomas da política internacional, aceitos universalmente, quem ousará dizer que o cidadão inglês não tem razão?

OS MODERNOS AXIOMAS ESTATÍSTICOS

SERÃO esses axiomas incontroversos? Seus enunciados característicos. A Alemanha e seus sonhos de conquista. Conseqüências da derrota britânica e da invasão da Inglaterra, segundo Frederick Harrison. Quarenta milhões de famintos.

Será que esses axiomas universais admitem contradição? Será certo que a riqueza, o bem-estar e a prosperidade dependem da influência política das nações ou que há uma relação entre essas duas categorias de fatos?

É verdade que uma nação civilizada pode derivar vantagens morais ou materiais da conquista de outra nação?

Haverá efetivamente alguma vantagem moral ou material na capacidade que tem um país de impor sua vontade pela força a outros países?

Pode uma nação retirar de outra, pela força, alguma riqueza material?

Pode um Estado “possuir” (no sentido literal) o território de outro – isto é, possuí-lo de tal forma que disso resulte uma vantagem para o cidadão da nação possuidora?

Se a Inglaterra pudesse amanhã conquistar a Alemanha, dominando-a completamente e eliminando por assim dizer a sua nacionalidade, melhoraria a condição do súdito britânico comum?

E se a Alemanha pudesse conquistar a Inglaterra, isso traria alguma vantagem para os súditos alemães?

O fato de que precisamos dar resposta negativa a todas essas perguntas (resposta negativa que parece contrariar o senso comum) proclama a necessidade de rever nossos axiomas políticos.

Os textos de que dispomos sobre o tema não deixam qualquer dúvida sobre a exatidão das premissas respectivas, expostas no capítulo precedente. Os especialistas e estudiosos da filosofia do governo em suas relações internacionais, de Aristóteles e Platão a Theodore Roosevelt e o Imperador da Alemanha, passando por Maquiavel e Clausewitz, são unânimes e peremptórios sobre esse ponto. A questão foi resumida admiravelmente por dois distintos escritores, o Almirante Mahan e o Barão Karl von Stengel (delegado da Alemanha à primeira Conferência de Haia). Diz o Almirante Mahan:

“O secular instinto predatório, que motiva o forte a apoderar-se do que cobiça, ainda subsiste ... É não basta a energia moral para chegar a conclusões definitivas, enquanto não é complementada pela força física. Os governos são instituições, e as instituições não têm alma. Além disso, os governos são depositários de interesses alheios – dos seus povos –, pelos quais devem zelar, antes de mais nada ... Cada dia mais a Alemanha precisa contar com a importação de matérias-primas e, enquanto possível, com o controle das regiões que as produzem. É cada dia mais precisa também contar com mercados e ter garantida a importação de provisões, pois a cada dia é relativamente menor a produção desses bens no seu próprio território, dado o rápido aumento da população. Tudo isso se traduz em segurança marítima ... Contudo, a supremacia britânica dos mares da Europa equivale a um domínio latente e perpétuo sobre o comércio alemão. Há algum tempo o mundo se habituou à idéia da existência de uma potência naval suprema, associando-a com a Inglaterra, e tem sido observado que esse predomínio está em geral associado ao predomínio industrial e comercial, que é hoje objeto de disputa entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. É essa situação que obriga as nações a procurar novos mercados e, na medida do possível, a exercer sobre eles o controle da força predominante, cuja expressão definitiva é a posse. ... Disso emanam duas conseqüências: a primeira, o esforço por adquirir territórios; a segunda, a organização de forças destinadas a manter a posse obtida ... Esta afirmação não é senão a expressão específica da necessidade geral que indicamos; é um elo na cadeia inevitável de fatos vinculados pela lógica: indústria, mercados, controle, bases navais ...”¹

Para comprovar que essa não é uma simples opinião particular, e que a filosofia conseqüente representa a opinião pública européia – a

¹ *The Interest of America in International Conditions*, Londres, Sampson Low, Marston & Co.

opinião da grande massa que imprime direção aos atos dos governos e explica a sua política – transcrevo os parágrafos seguintes, colhidos aqui e ali nos jornais e revistas mais à mão:

“Foi a valentia da nossa marinha ... nossa posição dominante no mar ... que edificou o Império Britânico e o seu comércio.” (Editorial do *Times*)

“Sendo o seu comércio infinitamente vulnerável e estando a sorte do seu povo vinculada ao comércio em termos de provisões e salários ..., a Inglaterra precisa ter uma frota poderosa, uma organização perfeita de apoio a essa frota e um exército defensivo. Enquanto não contarmos com esses elementos, o país estará sob a ameaça crescente dos couraçados alemães, que hoje navegam pelo Mar do Norte. Desaparecerá todo elemento de segurança; e o comércio e a indústria britânicos declinarão rapidamente, sem que saibamos o que nos trará o amanhã, acentuando assim a decadência e a degeneração nacionais.” (H.W. Wilson, *National Review*, maio de 1909)

“O poder marítimo é o único que falta à Alemanha para alcançar completa supremacia no comércio internacional. Atualmente, a Alemanha só exporta cerca de 50 milhões de libras para os mercados fora da Europa e dos Estados Unidos, ou seja, uma sétima parte da sua produção nacional ... Haverá entre os conhecedores do assunto quem imagine que exista na própria Alemanha ou em qualquer parte do mundo um poder capaz de impedir que, consumada a primeira parte da sua obra, a Alemanha dispute com a Grã-Bretanha até a última gota dos 240 milhões representados pelo comércio ultramarino? Tendo chegado a este ponto, descobrimos a sombra que se oculta, como uma realidade presente, por trás de todas as jogadas da diplomacia e de todos os armamentos colossais que constituem preparativos para uma nova luta pela supremacia marítima.” (Benjamin Kidd, *Fortnightly Review*, 1º de abril de 1910)

“É em vão que se falar em limitação de armamentos se as nações do mundo não consentirem em abandonar todas as suas ambições egoístas. As nações, como os indivíduos, cuidam antes de tudo dos seus próprios interesses, e, quando estes se chocam com o interesse alheio, geralmente surgem disputas. E se o prejudicado é o mais fraco, seu destino final é o ralo, por mais que tenha pleno ‘direito’, enquanto o mais forte – tenha sido ou não o agressor – é o dono da situação. Na política internacional, a caridade não subsiste, e é natural que seja assim, pois o primeiro dever do estadista é zelar pelos interesses do seu país.” (*United Service Magazine*, maio de 1909)

“Por que a Alemanha atacaria a Inglaterra? Porque os dois países são rivais, comercial e politicamente; porque a Alemanha ambiciona o comércio, as

colônias e o império possuído hoje pela Grã-Bretanha.” (Robert Blatchford, *Germany and England*, p. 4)

“Com a população que tem hoje, a Grã-Bretanha só continua a existir em virtude do seu comércio exterior e do controle que exerce sobre o intercâmbio comercial no mundo; uma derrota militar significaria a transferência de ambos para outras mãos, trazendo irremediavelmente a fome para uma grande proporção dos seus trabalhadores.” (J.G. Martin, em *World*)

“Se não tivermos condições de defender nossas costas, seremos uma presa imensamente rica. E podemos ter a certeza de que essa presa cairá nas garras e nos dentes de quem disponha da força necessária para vencer nossa resistência e devorar-nos em boa parte.” (*Speaker* da Câmara dos Comuns em discurso pronunciado em Greystoke e reproduzido pelo *Times*)

“O que é bom para a colméia é bom também para a abelha. Toda aquisição de terras férteis, de novos territórios ou de ricas zonas industriais por parte de um país equivale a enriquecer o seu tesouro, e portanto o país em geral, e portanto o indivíduo.” (Douglas Owen, carta ao *Economist*, 28 de maio de 1910)

“Não esqueçamos que na guerra não prevalece o que chamamos de Direito Internacional, e que a riqueza não defendida será capturada onde quer que se exponha a esse risco, na vitrine partida de uma joalheria ou como alvo da obsessão de um celta humanitário.” (*Referee*, 14 de novembro de 1909)

“Dir-se-ia que esquecemos a verdade fundamental – a cada instante confirmada pela história – de que as raças guerreiras possuirão a terra, e, na luta pela existência, a natureza prescreve a sobrevivência dos mais aptos ... Nosso empenho em depor as armas, nosso respeito por certos escrúpulos da consciência e o charlatanismo insistente dos papagaios que repetem a fórmula enganosa de que a paz é o maior dos interesses britânicos ... têm inevitavelmente que infundir em qualquer povo que cobice a nossa riqueza e nossas posses a ambição de desferir um golpe mortal no coração do Império, na indefesa metrópole londrina.” (*Blackwood Magazine*, maio de 1909)

Tudo o que reproduzimos acima é de fontes inglesas, mas não há muito que escolher entre essas idéias e as opiniões que circulam na Alemanha sobre o mesmo assunto.

O Almirante Mahan e os anglo-saxões da sua escola encontram exemplares do mesmo modelo em todos os países europeus, mas muito especialmente na Alemanha. Um estadista tão “liberal” como é o Barão Karl von Stengel, delegado alemão à primeira Conferência de Haia, afirma o seguinte no seu livro: “Toda grande potência deve orientar seus esforços no sentido de exercer a maior

influência possível, não só na política européia, mas na mundial, uma vez que o poder econômico depende, em última análise, do poder político, e também porque a participação crescente no comércio global é uma questão vital para cada nação em particular.”

Os textos das autoridades clássicas, como Clausewitz, confirmam plenamente esse modo de ver, o qual, de outro lado, dá a nota predominante nas publicações mais populares da Alemanha em matéria de *Weltpolitik* – a política mundial. O Almirante von Koster, presidente da Liga Naval, escreve:

“O crescimento constante da nossa população nos obriga a dedicar cada vez maior atenção ao desenvolvimento de nossos interesses no Ultramar. A firme execução do nosso programa naval é a única coisa que nos pode garantir a posição exata que nos cabe, e que precisamos obter, na vastidão do oceano. O crescimento constante da nossa população nos obriga a perseguir novos objetivos e a ascender do nível de potência continental ao de potência mundial. Nossa poderosa indústria deve aspirar a novas conquistas ultramarinas. Em vinte anos, o nosso amplo comércio mais que duplicou de volume, crescendo de 500 milhões para 800 milhões (dos quais 600 milhões correspondem ao comércio marítimo) durante os dez anos em que o programa naval se manteve estacionário. É um comércio que só pode continuar prosperando se soubermos suportar com honradez o ônus imposto pelos nossos armamentos de mar e terra. Para não sermos acusados de miopia pelos nossos filhos, é necessário garantir nossa posição e nosso poder entre as outras nações, o que só poderemos alcançar sob a proteção de uma poderosa esquadra alemã, capaz de garantir-nos no futuro a paz, e uma paz honrosa.”

* * *

Um escritor alemão muito popular vê a possibilidade de “destruir” o Império Britânico e de “apagá-lo do mapa do mundo em menos de vinte e quatro horas” (cito textualmente suas palavras e ouvi também de um homem público inglês explosões análogas). Para mostrar como se passariam as coisas, esse autor adota uma atitude profética. Situando-se em 1911,² escreve:

² Ou seja: tudo isso deveria ter acontecido antes de 1911 (o livro data de vários anos atrás). A peça correspondente, do lado da Inglaterra, apareceu em anos anteriores, como folheto de um jornal inglês sob este título: “A invasão alemã de 1910”.

“No princípio do século XX, a Grã-Bretanha era um país rico, livre e feliz, onde cada cidadão, do Primeiro-Ministro ao último carregador do cais, podia jactar-se de pertencer a uma grande nação, senhora do mundo. À frente dos negócios públicos havia, desempenhando funções de governo, homens encarregados de cumprir o mandato recebido, cujos atos eram submetidos à sanção da opinião pública, representada por uma imprensa independente. O hábito de governar-se formara, ao longo de séculos, uma raça que parecia destinada a exercer autoridade, e assim a Inglaterra tinha alcançado os triunfos mais notáveis na arte do governo e na administração dos povos que lhe estavam subordinados ... E esse imenso Império, que abrangia todos os territórios desde o Cabo até o Cairo, toda a parte meridional da Ásia, a metade da América do Norte e o quinto continente, foi apagado do mapa em menos de vinte e quatro horas. Esse fato, aparentemente inexplicável, parece-nos perfeitamente compreensível quando lembramos as circunstâncias com as quais se chegou a constituir o Império colonial inglês. A verdadeira base da sua supremacia mundial não tinha sido a sua força, mas a debilidade marítima das outras nações européias, cuja escassez de recursos navais, ou a completa ausência desses recursos, havia conferido à Inglaterra um verdadeiro monopólio, que ela soube aproveitar, anexando todos os domínios que tinham algum valor. Se a Inglaterra tivesse conseguido manter o resto do mundo na mesma posição em que se encontrava durante o século XIX, o Império Britânico teria podido perdurar indefinidamente. O despertar dos Estados continentais para a independência política e para a percepção das suas próprias dificuldades pôs em jogo fatores inesperados da *Weltpolitik*, e com o tempo a Inglaterra se viu obrigada a abandonar a posição que ocupava, submetendo-se ao jugo das novas circunstâncias.”

* * *

O escritor nos informa o modo como as coisas se passaram, graças a uma névoa e mediante um esforço eficiente de espionagem – a derrota da estrutura militar inglesa e o êxito da Alemanha, que no momento preciso deixou cair uma nuvem de bombas sobre os navios britânicos no Mar do Norte:

“Essa guerra, decidida com uma só batalha de uma hora, não durou mais do que três semanas, e a Inglaterra se viu obrigada pela fome a assinar a paz. A Alemanha impôs suas condições com sábia moderação. Além de uma indenização em harmonia com a riqueza dos Estados vencidos, contentou-se com a aquisição das colônias africanas, com exceção dos territórios ao sul do continente, que tinham proclamado a sua independência. As possessões assim adquiridas foram divididas entre os membros da Tríplice Aliança. Não obstante, a

guerra foi o fim da Inglaterra. Bastou uma batalha para revelar ao mundo inteiro que o Colosso tão temido tinha os pés de barro. Em uma única noite o Império Britânico foi reduzido a escombros. Os pilares erguidos pela diplomacia inglesa durante tantos anos de trabalho não resistiram à primeira prova.”

Uma busca em qualquer órgão da imprensa pangermanista nos revelará imediatamente a estrita harmonia de tudo o que precede com uma certa ordem de aspirações políticas alemãs, quase predominantes. Com efeito, um dos jornais pangermanistas afirma:

“O futuro da Alemanha exige a absorção da Áustria-Hungria, dos Estados balcânicos e da Turquia, juntamente com os portos do Mar do Norte. Seus domínios se ampliariam de Berlim para o leste até Bagdá, e para o oeste até Antuérpia.”

Acrescente-se que, no momento, não há a intenção imediata de apoderar-se desses países, nem a Alemanha estenderá suas garras para incluir a Bélgica e a Holanda no território da federação imperial.

“No entanto” – afirma o escritor – “nossa época assistirá a todas essas mudanças”, e fixa em vinte ou trinta anos o prazo para a transformação do mapa da Europa.³

Para esse escritor, a Alemanha sustentará a luta enquanto dispuser de um só centavo e enquanto contar com um só homem capaz de usar armas, porque o país “... enfrenta hoje uma crise mais séria do que a dos dias de Jena”.

³ Os oráculos dos dois lados parecem esquecer completamente o fato de que a modificação das relações entre a França e a Alemanha terá como resultado mais ou menos rápido a construção do túnel sob o canal, e daí em diante a Inglaterra poderá desempenhar à vontade um papel insular ou continental, o que lhe permitirá, em grande parte, fazer abstração da supremacia naval. Enquanto a França era o “inimigo” em perspectiva, a possibilidade de ser surpreendida por meio do túnel fez com que a Inglaterra se opusesse à sua construção. Com a aliança entre a França e a Inglaterra, o túnel passaria a significar que, mesmo sem a esquadra, a Inglaterra poderia manter suas comunicações com o resto do mundo; e, cooperando com a França, poderia ameaçar a fronteira ocidental a ponto de tornar completamente impossível a invasão da ilha, por mais que seus navios fossem destruídos. O túnel aumentaria de tal modo a mobilidade das forças combinadas anglo-francesas contra a Alemanha, que esta se encontraria, de toda forma, em uma situação desesperadora.

E, compenetrada dessa situação, a Alemanha só espera o momento oportuno e conveniente para pulverizar os vizinhos que pensam em destruí-la.

A França será a sua primeira vítima, e a Alemanha não vai esperar pelo primeiro golpe. Previne-se, ao contrário, para enfrentar o momento em que as potências européias queiram ditar-lhe suas condições.

Ao que parece, os alemães já estão decididos a anexar o Grão Ducado de Luxemburgo, a Bélgica e, de passagem, também a Antuérpia, acrescentando ao território do seu país as províncias setentrionais da França, para dispor de Boulogne e de Calais.

Tudo isso acontecerá como um cataclismo repentino, sem que a Rússia, a Espanha ou qualquer outra potência amiga se atrevam a levantar um dedo. A posse do litoral da França e da Bélgica porá fim para sempre à supremacia inglesa.

Em um livro sobre a África do Sul intitulado *Reisen, Erlebnisse und Beobachtungen* (*Viagens, aventuras e observações*), do Dr. F. Bachmar, encontramos esta passagem:

“Meu segundo objetivo ao escrever este livro é a esperança de que os filhos dos nossos filhos cheguem a possuir aquela terra formosa e infeliz, em cuja absorção definitiva pelos nossos primos anglo-saxões resisto absolutamente a crer. Talvez nos caiba a sorte de unir essa terra com a Mãe Pátria alemã, em benefício tanto da África do Sul como da Alemanha.”

Um escritor sério como o Dr. Schulze Gaevernitz, Pró-Reitor da Universidade de Friburgo, se expressa de forma diferente da novelesca a respeito da necessidade dos armamentos. Gaevernitz não é desconhecido dos ingleses e não tem sentimentos de inimizade para com a Grã-Bretanha. Mas opina que a prosperidade comercial da Alemanha dependerá da sua predominância política.⁴

Depois de descrever em termos imponentes o desenvolvimento assombroso do comércio alemão, assinalando a posição e o alcan-

⁴ Ver, na Terceira Parte deste livro, a carta ao jornal *Le Matin*, de 22 de agosto de 1908, e extratos do seu artigo.

ce da Alemanha como competidora da Inglaterra, o escritor retoma a velha questão, perguntando-se o que aconteceria se a Inglaterra, impotente para resistir com os seus recursos econômicos à força do rival, tentasse à última hora apelar para a violência, procurando eliminá-lo. A tese do Professor Gaevernitz de que essa não é uma simples possibilidade especulativa, mas uma ameaça concreta, é sustentada por extratos de publicações como *National Review*, *Observer*, *Outlook*, *Saturday Review* etc. Ainda que se admita que essas publicações só expressam o sentimento de uma pequena minoria, nem por isso deixam de representar, segundo o autor, uma ameaça para a Alemanha, porque assinalam e recomendam uma solução realizável que não está isenta de atrativos. O velho regime pacífico do livre-cambismo, diz, revela sintomas de senilidade. Desponta um novo Imperialismo, que ameaça em toda parte alterar o equilíbrio da rivalidade econômica com o peso dos métodos bélicos.

Os parágrafos seguintes, escritos por Frederick Harrison, indicam-nos até que ponto se faz sentir esse perigo, mesmo para os que não suspeitam do patriotismo agressivo dos *jingos*. Permito-me transcrever com alguma extensão as suas opiniões. Em carta dirigida ao *Times*, ele diz:

“Toda tentativa de ataque contra o Império e contra a predominância da Grã-Bretanha seguirá forçosamente o caminho da invasão em massa, concebida em outras épocas por Elípe e Parma, assim como por Napoleão. Devido a essa certeza, vejo-me obrigado a modificar a atitude antimilitarista que sustentei consistentemente durante quarenta anos ... Para mim, a questão não consiste em uma perda de prestígio, nem na ampliação ou redução dos domínios imperiais, mas na manutenção da nossa qualidade de potência européia de primeira ordem e mesmo de simples nação próspera ... Se nossa defesa naval se visse forçada, nossa esquadra aniquilada ou pelo menos dispersada no momento, e se nossos arsenais e portos e nossa capital fossem ocupados, a conseqüente ruína não teria paralelo nos anais da história. Destruido não seria o Império, mas a própria Inglaterra. A ocupação de nossos arsenais, portos e cidades, e da nossa capital, seria para o Império o mesmo que para um couraçado a explosão das caldeiras. Com a destruição do crédito, desapareceria o capital ... Não é possível aceitar a contingência, por mais remota que seja, de uma catástrofe semelhante – mesmo que a sua probabilidade fosse de uma em cinquenta. Mas a probabilidade não é

essa. Nenhuma autoridade se atreveria a declarar que a invasão do nosso país é verdadeiramente impossível, mesmo mediante circunstâncias fortuitas. E uma invasão vitoriosa seria o equivalente à ruína total do nosso Império, ao desaparecimento do comércio e, com ele, de todos os elementos de sustentação dos 40 milhões de habitantes destas ilhas. Se perguntarmos por que a invasão implica, no nosso caso, um perigo maior do que para nossos vizinhos, a resposta será: porque o Império Britânico é uma estrutura anômala, sem paralelo na história moderna, como o caso de Portugal, Veneza ou Holanda, e de Atenas e Cartago na Antigüidade. Nosso Império apresenta condições especiais de vulnerabilidade. E a sua destruição, por obra de um inimigo que se apossasse do Tâmis, teria conseqüências tão desastrosas que, para preveni-las, não basta limitar-se a uma única linha de defesa, por mais forte que seja, e por mais adequadas que sejam atualmente essas defesas. Durante mais de quarenta anos levantei minha voz, invariavelmente, contra todo ato de agressão, de expansão imperialista e de militarismo continental. Não são muitos os que protestaram com a mesma energia contra as idéias de adiar as reformas sociais e o bem-estar do povo em benefício de conquistas e aventuras asiáticas e africanas. Não retiro uma só das palavras que disse a esse respeito. Mas é fútil discorrer sobre a reorganização industrial se não prepararmos o país contra uma catástrofe que implicaria a destituição e a miséria para a massa popular, paralisando a indústria e fazendo com que os alimentos alcançassem preços desesperados, enquanto fábricas e oficinas precisariam fechar suas portas!”

CAPÍTULO III

A GRANDE ILUSÃO

O EQUÍVOCO fundamental e perigoso das idéias precedentes. Vitoriosa, o que a Alemanha poderia ou não fazer. A conquista: uma ilusão de ótica. Não pode haver transferência da riqueza. A prosperidade dos pequenos Estados europeus. Os títulos de 3% da Alemanha cotados a 82 e os da Bélgica a 96. Os títulos de 3,5% da Rússia cotados a 81 e os da Noruega a 102. O significado real de tudo isso. Se a Alemanha anexasse a Holanda, qual seria a vantagem para os alemães ou para os holandeses?

Creio ser um ponto pacífico que não é mais possível enganar-se sobre o sentido da idéia geral contida nas transcrições do capítulo precedente. Harrison define a questão da forma mais clara possível. Correndo o risco de ser impertinente, observarei mais uma vez que ele expressa simplesmente um dos axiomas da política européia aceitos de forma unânime, a saber: a estabilidade financeira e industrial de cada nação, sua segurança no campo comercial – em suma, sua prosperidade e bem-estar – dependem da aptidão para defender-se contra os ataques dos outros países, os quais estarão prontos, sempre que possível, a tentar uma agressão, para aumentar seu poder e, portanto, o seu bem-estar e sua prosperidade, às custas dos fracos e dos vencidos.

Citei principalmente o testemunho de jornalistas para assinalar a realidade da opinião pública em geral e não exclusivamente da opinião bem-informada. No entanto, Harrison tem a seu favor o apoio de pessoas importantes, como por exemplo Spencer Wilkinson. Professor de história militar em Oxford e autoridade de reconhecida competência no seu ramo, ele confirma quase que ponto por ponto as opiniões que citei e subscreve enfaticamente os conceitos de Frederick Harrison. No seu

livro *Britain at Bay*, Wilkinson afirma: “Quando em 1888 o observador norte-americano Capitão Mahan publicou seu livro sobre a influência do poder marítimo na história, ninguém pensou que outras nações, que não a Inglaterra, aprendessem ali a lição de que a vitória naval implica prosperidade, influência e grandeza impossíveis de alcançar por outros meios.”

No momento, o objetivo destas páginas é demonstrar que essa idéia quase universal, da qual a carta de Harrison é manifestação singularmente vívida e evidente, constitui um dos erros mais enganosos e perigosos que se possa cometer — erro que tem em alguns dos seus aspectos, o caráter de uma ilusão de ótica, de outros o de uma simples superstição, a qual, além de ser profunda e universal, engendra males tão graves como o de deslocar dos seus caminhos normais um imenso caudal de energia humana, desviando-o de tal forma que, se de tal superstição não nos conseguirmos despojar, representará uma verdadeira ameaça à civilização.

E um dos aspectos mais significativos do caso é o seguinte: para demonstrar a falsidade absoluta dessa idéia e dissipar por completo a ilusão em que se baseia, não é preciso nada de abstruso ou laborioso. Essa demonstração funda-se não em um teorema complexo, mas na simples exposição dos fatos políticos predominantes na Europa, tais como existem atualmente. Esses fatos, em si mesmos incontroversos e que vou apresentar em seguida, podem ser reduzidos a uma poucas proposições elementares, suficientes para desfazer a ilusão de que falamos. São as seguintes:

1. Uma série de devastações como as previstas por Harrison em consequência da conquista da Grã-Bretanha por outro país é uma impossibilidade física. Em nossos dias, nenhuma nação pode destruir ou prejudicar de forma permanente (e sequer por um período considerável) o comércio de outra nação usando meios militares, pois o comércio depende da existência de riquezas naturais e de uma população capaz de utilizá-las. Enquanto subsistam os recursos naturais de um país e a sua força de traba-

lho, o invasor não poderá aniquilar completamente o comércio de outro país. Só haveria possibilidade de se fazer isso aniquilando a população, o que é impraticável. E, se fosse possível exterminar a população, o exterminador estaria destruindo o seu próprio mercado, real ou potencial, o que, do ponto de vista comercial, corresponderia a um suicídio.

2. Se a invasão da Inglaterra pela Alemanha implicasse “a ruína total do Império”, como pensam Harrison e os que compartilham as suas idéias, o capital alemão também desapareceria, arrastando consigo o crédito, devido à internacionalização atual da indústria e das finanças e à delicadeza dos laços que ligam entre si os interesses de diferentes países. E a única forma de restaurá-lo seria, para a Alemanha, pôr fim ao caos produzido na Inglaterra, o que só seria possível terminando as condições que o tivessem provocado. Além disso, e também devido a essas delicadas vinculações financeiras, cuja base fundamental é o crédito, o confisco da propriedade privada (ações, títulos, barcos, minas ou objetos valiosos de modo geral, além de jóias e móveis, qualquer das coisas que formam a parte íntima da vida econômica de um povo) por um invasor influenciaria negativamente de tal forma as finanças do invasor que o prejuízo causado pelo confisco excederia em boa parte o valor da propriedade confiscada. De tal modo, o sucesso da Alemanha como nação conquistadora demonstraria objetivamente a esterilidade econômica da conquista.

3. Por razões análogas, a imposição de tributos a um povo vencido tornou-se uma impossibilidade econômica, e a cobrança de indenizações importantes é tão custosa, direta e indiretamente, que resulta muito desfavorável como operação financeira.

4. Prejuízos como os previstos por Harrison, ou muito menores, um invasor só aceitaria a título de castigo do inimigo vencido, com grande prejuízo para si mesmo, ou então como fruto de um empenho desinteressado e caro de provocar um desastre pelo prazer de provocá-lo. Em um mundo como o nosso, cuja norma é procurar cada um o seu próprio bem, não se deve contar com essa espécie de altruísmo invertido.

5. Por analogia, é física e economicamente impossível a um

país apossar-se do comércio exterior de outro empregando meios militares. Uma grande frota é importante para o comércio de uma nação e também para “limitar a rivalidade comercial” de outros países. Da mesma forma, um conquistador não pode destruir a competição exercida pela nação vencida mediante a sua anexação, pois os seus competidores não deixariam por isso de competir. Em outras palavras, se a Alemanha conquistasse a Holanda, os comerciantes alemães precisariam continuar a enfrentar a competição dos comerciantes holandeses – competição mais forte do que antes, pois os holandeses fariam parte do regime aduaneiro alemão. A idéia de que é possível eliminar a competição dos rivais conquistando-os é uma das manifestações da curiosa ilusão em que se fundamenta o equívoco de que falamos.

6. A riqueza, o bem-estar e a prosperidade das nações não dependem de modo algum do seu poder político. Se o contrário fosse verdade, a prosperidade mercantil e o bem-estar social das pequenas nações, desprovidas de força política, seriam claramente inferiores aos das grandes potências que governam a Europa, o que não acontece. Os habitantes de países como Suíça, Holanda, Bélgica, Dinamarca e Suécia desfrutam de tanta prosperidade e bem-estar quanto os habitantes da Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria e França. Em termos *per capita*, o comércio dos pequenos países excede o dos grandes. E não se trata apenas do fato de que a segurança dos pequenos Estados repousa em tratados de neutralidade; a questão fundamental é saber se o poder político pode ser convertido positivamente em vantagem econômica.

7. Nenhuma nação poderia derivar uma vantagem prática da conquista das colônias britânicas, e de seu lado a Grã-Bretanha não sofreria qualquer prejuízo material se as perdesse, por lamentável que fosse essa perda no aspecto sentimental e por mais que afetasse a cooperação social entre povos afins e as respectivas vantagens. O próprio exemplo da palavra “perda” é enganoso. Com efeito, a Grã-Bretanha não “possui” suas colônias. Na realidade, elas são países independentes, aliados da Mãe Pátria, e para esta não representam uma

fonte de tributos ou de ganhos econômicos (exceto na medida em que qualquer nação estrangeira poderia sê-lo), pois as relações econômicas recíprocas não são determinadas pela Mãe Pátria, mas pelas colônias. Do ponto de vista econômico, a Inglaterra ganharia com a sua separação formal, pois não precisaria preocupar-se com a defesa delas. Portanto, essa “perda” não implicaria qualquer mudança dos fatos econômicos (exceto os custos da sua defesa, que a Mãe Pátria empreende para defendê-las, que seriam poupados) e por isso não poderia acarretar a ruína do Império, a miséria ou a fome para a metrópole, como alegam habitualmente os que consideram essa hipótese. A Inglaterra não recebe das suas colônias, nem poderia receber, qualquer tributo ou vantagem econômica especial; e não é possível conceber que outro país, necessariamente menos habilitado na administração colonial, conseguisse o que a Inglaterra não consegue, especialmente se levarmos em conta a história de outros impérios coloniais como os da Espanha e de Portugal, da França, além da própria Inglaterra em épocas anteriores. Essa história demonstra também que a situação das colônias da Coroa, sob o aspecto considerado, não é muito diferente da dos países independentes. Portanto, não podemos presumir que qualquer nação européia se empenhasse em projeto tão estéril como seria a conquista da Inglaterra, tentando uma experiência que toda a história colonial do mundo nos mostra que é infrutífera.

As sete proposições precedentes abarcam, na medida do necessário, o campo das afirmativas características da política adotada na Inglaterra e na Alemanha, conforme mencionei anteriormente. Fundadas como estão em fatos patentes e manifestos da política européia contemporânea, o seu simples enunciado revela suficientemente a realidade dos axiomas políticos mencionados. Achamos, contudo, que as interpretações mais notáveis, como no caso do Senhor Harrison, deixam de levar em conta fatos palpáveis, tornando-se assim indispensável aprofundá-las minuciosamente.

Com o objetivo de apresentar as idéias respectivas paralelamente à exposição de princípios políticos que animam os trechos citados do jornal *Times*, de Harrison e de outras fontes, dividi em